

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ibaneis diz que governo trabalha pela saúde e critica antecessores

Ao comentar a pressão da oposição para instalar uma CPI da Saúde na Câmara Legislativa, o governador Ibaneis Rocha (MDB) foi contundente ao criticar os antecessores: “Problemas acontecem e nós não podemos pegar problemas pontuais e transformar em problemas políticos. O que vemos é a tentativa de politização de uma questão tão importante quanto a questão da saúde no Distrito Federal. Parece que essa turma tem amnésia, eles esqueceram o que o PT fez à frente da saúde do DF, com secretários presos, com desvio de recursos, esqueceram o que o Rollemberg não fez, porque ele não fez nada pelo DF, principalmente na área da saúde”.

Renato Alves/Agência Brasília



Sistema sobrecarregado

Ibaneis ressaltou que durante seus dois mandatos precisou enfrentar duas crises: a pandemia de covid-19, que teve caráter mundial, e a epidemia de dengue, de abrangência nacional. Esses momentos acabaram sobrecarregando o atendimento da rede pública do DF. O governador foi duro ao comentar o mandato de Rollemberg. Esse deve ser o estilo dele daqui para a frente nas respostas às críticas da oposição.

Um em cada quatro brasileiros teme reação de vacinas

Depois de uma pandemia de covid-19 e, ainda, em meio a uma epidemia de dengue, em que a eficácia da imunização foi colocada em xeque, parte dos brasileiros afirma ter receio de tomar vacinas: 21% avaliam como alto o risco de reações e 27% afirmam já ter sentido medo de levar uma criança ou adolescente para aplicação. É o que revela a pesquisa inédita intitulada “Estudo sobre Consciência Vacinal no Brasil”, realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em conjunto com a Universidade Santo Amaro (Unisa), em decorrência da parceria firmada por meio do Pacto Nacional pela Consciência Vacinal. A pesquisa completa será divulgada hoje no plenário do CNMP com a presença do presidente do CNMP, Paulo Gonet; do ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Dias de Moura; do presidente da Comissão da Saúde do CNMP, Jayme de Oliveira; do reitor da Unisa, Eloi Francisco Rosa; e do pesquisador da Unisa, Antônio Lavareda. O questionário foi aplicado entre 29 de janeiro e 19 de fevereiro. Três mil pessoas foram entrevistadas em todas as regiões do país.

Meio ambiente

A semana do meio ambiente, comemorado hoje o dia, será celebrada com uma grande ação que envolve exposições, palestras, feira de adoção de pets e uma grande ação educativa, com foco na prevenção de nosso planeta. O projeto Conexão Ambiental será realizado de 6 a 9 de junho, no estacionamento 12 do Parque da Cidade. O evento é uma parceria do Instituto Incubadora com a Secretaria de Meio Ambiente. Tudo de graça!

Transporte aquaviário coletivo no Lago Paranoá

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa aprovou o projeto de lei nº 2063/2021, do ex-deputado Rodrigo Delmasso (Republicanos), atual secretário de Família e Juventude, que estabelece as diretrizes para a implantação da Política Pública do Transporte Aquaviário Coletivo no Lago Paranoá. Pela proposta, o transporte será realizado por meio de permissão ou concessão da atividade para a iniciativa privada. O texto ainda precisa ser analisado por outras comissões e pelo plenário.

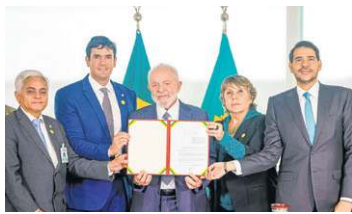


Divulgação/TJDF

Boa performance

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) alcançou a marca de 102,6% no Índice de Atendimento à Demanda (IAD). O dado faz parte do Relatório Justiça em Números 2024, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O IAD mede a capacidade do tribunal de baixar processos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. A ideia é que o índice permaneça acima de 100% para evitar aumento de acervo. Em 2023, o TJDFT. A Corte está acima da média nacional, que ficou em 99,2%.

Presidente Lula sanciona projeto que constitui prática abusiva ajuizar ação em juízo aleatório



Divulgação/TJDF

O presidente Lula sancionou ontem projeto de lei que obriga as partes a respeitarem o foro judicial pertinente com o domicílio dos envolvidos ou com o local da obrigação. O texto também estabelece que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício. O projeto idealizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) foi apresentado pelo deputado Rafael Prudente (MDB-DF) e relatado pela deputada federal Érika Kokay (PT-DF).

Quebra de protocolo: Belinati diz que chorou quando Lula foi preo

O desembargador Roberval Belinati, primeiro vice-presidente do TJDF, quebrou o protocolo na solenidade e emocionou o presidente Lula. Belinati disse que acompanhou o discurso do petista na Avenida Paulista, pouco antes de se entregar à Polícia Federal para cumprir pena em Curitiba em decorrência da condenação na Operação Lava-Jato. Na solenidade, diante de ministros e parlamentares, Belinati disse: “Presidente, naquele dia o senhor chorou... pois eu também chorei”. À coluna, o desembargador disse que falou com o coração. “Independentemente do conteúdo do processo e do mérito, foi muito triste ver um ex-presidente ser preso”, explicou.

Kleber Sales



Marcelo Ferreira/CB



PDT-DF pressiona deputados a apoiarem CPI da Saúde

O PDT-DF lançou um abaixo-assinado para mobilizar a sociedade a pressionar os deputados distritais a assinarem o requerimento de instalação da CPI da Saúde na Câmara Legislativa. “Há algo muito errado na gestão da saúde pública do Distrito Federal e a população precisa de respostas”, destacou a Leila.

Líderes derrotam CPI

Em reunião do colégio de líderes da Câmara Legislativa, a decisão foi de instalar outras duas CPIs e não priorizar a da Saúde. A votação foi a seguinte: cinco líderes votaram pela não inversão da CPI e três optaram pela abertura já.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | MARCELA PASSAMANI | SECRETÁRIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Mulheres e idosos em pauta

Ao CB.Poder, a chefe da pasta falou sobre o protocolo para prevenir violências contra mulheres em locais de entretenimento

» ALESSANDRO DE OLIVEIRA*

As formas de atuação definidas no protocolo Por todas elas — que faz treinamentos com proprietários e funcionários de locais de entretenimento — e as informações sobre os locais de atendimento às mulheres vítimas de violência foram destacados pela secretária de Justiça e Cidadania, Marcela Passamani, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza, a gestora pública também comentou sobre as dificuldades para identificar a violência contra o idoso.

Qual é a atuação do protocolo Por todas elas”?

O foco é na atenção preventiva. Começa desde na bilheteria, ou na entrada do estabelecimento do hotel, do restaurante. Um cartaz escrito que no espaço eles respeitam as mulheres e que seguem o protocolo Por todas elas. Então, você comunica àquela pessoa que ali realmente não cabe nenhum tipo de violência ou violação de direitos e, quando isso é comunicado, traz a sensação de segurança, que é a

parte importante dessa história: dar a sensação de segurança para que a mulher frequente aquele espaço. A nossa intenção primeiro não é chegar na atenção secundária, que é o encaminhamento da mulher que sofreu assédio ou importunação sexual dentro desse espaço, mas focar na atenção primária, que é preventiva. Como sociedade civil, governo, eu não quero que as mulheres sejam assediadas, quero evitar esse problema, mas existe também o encaminhamento.

Em eventos, festivais, existem lugares ou a quem essas mulheres recorrem em caso de violência?

Em eventos você consegue ver a comunicação que aquele lugar segue o protocolo. Nós teremos pessoas identificadas dentro do estabelecimento que fizeram o treinamento no qual a gente sugeriu que fosse colocado um botão Por todas elas para identificar as pessoas que estão aptas, ou seja, recebeu o treinamento e sabe como encaminhar uma conduta de importunação. Dentro desse espaço, além de ter essa comunicação, existe um apoio dentro do banheiro, um local onde a mulher pode procurar, ou ser direcionada, caso ela

Correio Braziliense



se sinta insegura, não sofreu o assédio, mas está se sentindo vigiada, insegura. Ela pode entrar nesse espaço que vai ser determinado pelo dono do estabelecimento para que ela seja encaminhada. Seja através do transporte por aplicativo ou mesmo por meio de um contato da Secretaria de Segurança Pública com a polícia militar. Por isso, é uma atuação conjunta da secretaria de Justiça com a secretaria de Segurança Pública, secretaria da Mulher, são várias pastas envolvidas. A gente quer simplificar para que a mulher se sinta atendida de forma imediata e o empresário faça

questão de implementar o protocolo e, assim, melhorar a qualidade do ambiente.

Qual atuação da secretária em relação à violência contra os idosos

As violações de direitos com a pessoa idosa acontecem, na sua maioria, dentro de casa, onde a porta está trancada e não é possível ter uma cópia da chave para saber o que acontece. Esse é o grande problema também da violência doméstica, por isso a importância da denúncia. Apenas abrir um espaço para fazer a denúncia, esta pessoa

não vai denunciar, então nós precisamos chegar até ela de outra forma. Por isso, começamos a fazer atividades físicas com esses idosos em todas as regiões administrativas. Hoje, estamos em oito cidades com uma professora de educação física falando de bem-estar. O idoso tem o seu dia de beleza e temos momentos de conversa. O programa Direito delas é inédito aqui no Distrito Federal, porque ele atende pessoas idosas que têm violação de direito previsto no Estatuto do Idoso. Tem psicólogo, um assistente social, lá, sentadinho que começa a falar com esse idoso. Chegamos à violação de direitos de uma forma espontânea, porque ele se sente acolhido. A grande dificuldade da política pública inicial é chegar às pessoas e isso fazer sentido para elas. Então, dessa forma, a gente tem conseguido chegar até os idosos e salvado muitas vidas.

Qual foi a receptividade do projeto, como foi o interesse dos setores para aderir à prática?

Receberam super bem. Uma preocupação de qualquer empresário é como implementar isso na sua empresa, porque o empresário pensa: “concordo que as mulheres



CB poder com a secretária de Justiça e Cidadania Marcela Passamani

não têm que ser assediadas, é o meu maior público pagante, mas como que vou conseguir implementar e viabilizar isso no meu estabelecimento? Porque eu sei vender, trabalhar com lazer, mas não sei fazer política pública”. Por isso, a gente colocou dentro do protocolo essa capacitação e disponibilizamos cartilhas educativas e encaminhamentos. A cartilha é um caminho, um direcionamento. Você (o empresário) aprende que pode ligar para força de segurança, isolar a mulher, como deve ser a abordagem, e tudo isso deve minimizar essa dor. A mulher que se sente insegura tem que ser respeitada em qualquer ambiente.

*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado